

Crédito externo.

Os que não aderiram e vão beneficiar-se com desembolso do "jumbo"

por Reginaldo Heller
do Rio

Cerca de 400 bancos, entre eles alguns regionais norte-americanos, europeus e árabes, serão os grandes beneficiários do empréstimo "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões, cuja contratação está sendo ultimada neste final de ano. Eles, segundo informações de fontes ligadas ao comitê de assessoramento da dívida externa, decidiram não aderir à operação, evitando, desta forma, desembolsar recursos novos para o Brasil, e receberão os juros da dívida vencida.

Ao todo, contudo, aquela parcela não deve superar os US\$ 200 milhões. Segundo ainda as mesmas fontes, estes bancos são, praticamente, imunes a quaisquer tipos de pressão por parte dos grandes bancos comerciais norte-americanos, já que nada devem em termos de reciprocidade e poucos negócios, ou quase nenhum, têm com o Brasil.

OPERAÇÕES

Ainda ontem, informações de Nova York, não confirmadas até o início da noite, davam conta da liberação da segunda e terceira parcelas do empréstimo de US\$ 4,4 bilhões negociados no início do ano (projeto 1). Ao todo, é US\$ 1,8 bilhão, desembolsado por cerca de 165 bancos credores e destinado a poucas dezenas de bancos que realizaram empréstimos-ponte, especialmente os grandes bancos norte-americanos integrantes do comitê de assessoramento. Além destes, alguns bancos que tinham abertas linhas de crédito para o Brasil, utilizadas no último trimes-

tre do ano passado, serão resarcidos.

Destaca-se, entre eles, o Arlabank, banco árabe e latino-americano, que havia sindicalizado uma operação de crédito rotativo, da ordem de US\$ 200 milhões, sacada em outubro do ano passado e até agora não reposta pelo Brasil. A operação é feita através da Clearing House Interbank Payments Services (CHIPS), que debita automaticamente o valor de cada banco, transformando-o em "Fed funds" (fundos da Reserva Federal) e creditando, automaticamente, nas contas dos bancos credores que têm valores a receber. É uma espécie de Selic interbancário.

ARGUMENTO BRITÂNICO

Ontem, no Rio, fonte oficial confirmou a informação de Londres, segundo a qual a verdadeira razão para a não participação da Inglaterra no empréstimo de agências governamentais, no valor de US\$ 2,5 bilhões, não seria, exatamente, a pretensa decisão da primeira-ministra Margaret Thatcher de vincular a operação a autorização, pelo governo brasileiro, para poucos de aviões militares de seu país com destino às ilhas Malvinas. Na verdade, o governo brasileiro teria levantado créditos para importação de bens e equipamentos ingleses. Já há alguns anos, especialmente para a Ferrovia do Aço, sem jamais utilizá-los, e teria, sim, lançado os desembolsos feitos pela agência inglesa para financiar o balanço de pagamentos e, posteriormente, estendido o protocolo a projetos de novas ferrovias, jamais construídas.